



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Memorando nº 207/2013/CONJUR-MMA/CGU/AGU

Reg.: 20997/2013

Em, 03 de julho de 2013.

Ao Senhor

NEY MARANHÃO

Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

Assunto: Ofício nº 7.068/2013-PRU1:GAB:COEX:DIAPA/msf – Análise de força executória de decisão judicial, proferida em sede de Ação Civil Pública nº 0013477-61.2010.4.01.3400, relativa às Resoluções nº 100/2009 e 106/2010, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

(28.2)

Senhor Secretário,

1. Cumprimentando-o, encaminho cópia da Cota nº 368/2013, deste Órgão Consultivo, e demais documentos, a fim de que tome providências para que sejam declarados sem efeito os artigos 4º e 5º da Resolução nº 100/2009, bem como o art. 2º da Resolução nº 106/2010, ambas do CNRH. A SRHU também deverá diligenciar para que o CNRH não mais exija o caráter nacional e regional das instituições que pretendam ser habilitadas para representação no Conselho.

Atenciosamente,

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA
Consultor Jurídico

Rol de Documentos (cópias):

- 1) Cota nº 368/2013, deste Órgão Consultivo; e
- 2) Processo nº 02000.001755/2013-80.

EM BRANCO
Recebido
Em, 04/07/2013
Belo

RECEBIDO GAB/SRHU

Data: 04/07/2013 às 11:30
Nome: Leandro





COGA/SEPRO
35
F. 3
[Assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400 - 13ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00213.2013.00133400.2.00488/00128

SENTENÇA : TIPO "A"- Res. 535/06 do CJF
CLASSE : 7100-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
PROCESSO : 13477-61.2010.4.01.3400
AUTORA : FONASC-CBH FORUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA
GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS
RÉ : UNIÃO(MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE-MMA) E CONSELHO
NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

SENTENÇA

I-RELATÓRIO

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo **FONASC-CBH FORUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS** com pedido de tutela antecipada para suspender os efeitos da Resolução nº 100 do CNRH, de 26 de março de 2009, que *define os procedimentos de indicação dos representantes do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais, dos Usuários e das Organizações Civas de Recursos Hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos*", bem como a suspensão da aprovação da proposta de resolução que *"institui o Cadastro de Organizações Civas de Recursos Hídricos(COREH), com o objetivo de manter em banco de dados registro de organizações civis de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos(CNRH)"*.

No mérito, pretende seja reconhecida e declarada a nulidade da Resolução nº 100 do CNRH, no que se refere à exigência de que as organizações da sociedade civil tenham **atuação nacional** para participar como "representantes" ou "representadas" nesse colegiado.

Alega que referida Resolução, em seus artigos 4º, 5º e parágrafo primeiro, dispõe sobre a habilitação dos representantes no CNRH, impedindo o acesso de entidades da sociedade civil em todo o País e de seus representantes **com atuação local e regional** à função pública de representante no Conselho Nacional dos Recursos Hídricos-CNRH.

Sustenta que a Resolução nº 100/2009 restringe indevidamente a participação das entidades da sociedade civil na Gestão dos Recursos Hídricos, em total afronta à Lei nº 9.433/1997 e à Constituição Federal de 1988.

A apreciação da liminar foi reservada para após a manifestação do representante judicial da União.

A União alegou não estarem presentes os requisitos para a concessão da tutela antecipada e requereu o indeferimento do pedido.

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO PAULO CESAR LOPES em 25/03/2013, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 19510983400230.



COGA/SEPRO
FL. 34
[Assinatura]

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

petrante”, cuida-se do apelo da União, que foi a única a recorrer do julgado. Registro que, deste despacho, esta Procuradoria-Regional da União ainda não foi intimada.

Desse modo, ante a regular intimação da União quanto ao teor da sentença, bem como o recebimento de seu Recurso de Apelação apenas no efeito devolutivo, impõe-se o cumprimento do julgado em seus exatos termos, posto que dotada de plena força executória.

Brasília/DF, 24 de maio de 2013.


Miriam Sasaki França

Advogada da União – PRU 1ª Região



COGASEPRO
F. 33
[Assinatura]

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

NOTA TÉCNICA Nº 33/2013 – AGU/PRU1/COPPI/MSF

AUTOS Nº 0013477-61.2010.4.01.3400

AUTOR: FONASC - CBH - FORUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GES-TÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

RÉ: UNIÃO

FORÇA EXECUTÓRIA DA DECISÃO:

Trata-se de ação civil pública na qual o FONASC-CBH postula a nulidade dos artigos 4º e 5º da Resolução nº 100 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, de 30.07.2009, que dispõe sobre a habilitação dos representantes do CNRH.

A sentença julgou procedente o pedido formulado pelo autor, declarou a ilegalidade das determinações constantes dos artigos 4º e 5º da Resolução nº 100/2009 e, por consequência, do artigo 2º da Resolução 106/2010, ambas do CNRH. Assim, o julgado afastou a exigência de caráter nacional ou regional de instituições que pretendam ser habilitadas para a representação no CNRH.

Em face da sentença, esta Procuradoria-Regional da União interpôs Recurso de Apelação, com pedido de recebimento com efeitos devolutivo e suspensivo, a fim de obstar a produção de efeitos do julgado.

Porém, o apelo foi recebido apenas no efeito devolutivo, conforme despacho anexo. A despeito de o despacho fazer referência ao Recurso de Apelação da “im-



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

PRUDF - DIAPA
00410.013782/2013-48
28/05/2013 09:14

CGGA/SEPRO

Fls. 32

Rubrica

Ofício nº 7.068/2013-PRU1:GAB:COEX:DIAPA/msf

Brasília/DF, 28 de maio de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor
JOSÉ MAURO DE LIMA O. DE ALAMEIDA
Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente
Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", Sala 550 - 5º andar
70068-900 - Brasília/DF

Registro nº 19763/2013
Expedido na CONJUR/MMA em 24/06/13
Às 17:30 Horas
Nome/Rubrica

Assunto: Encaminha nota técnica
Processo: 00134776120104013400 Ação Civil Pública - ACP VF0013 BRASILIA-DF
Autor: FONASC - CBH FORUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTAO
DE BACIAS HIDROGRAFICAS

Senhor Consultor,

1. Encaminho a Vossa Senhoria, nota técnica em atendimento ao Ofício nº 128/2012/CONJUR/MMA.
2. Quaisquer esclarecimento entrar em contato pelo endereço eletrônico: miriam.franca@agu.gov.br - Fone: (061) 2026-9601.

Atenciosamente,

Miriam Sasaki França
Advogada da União



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400 - 13ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00213.2013.00133400.2.00488/00128

A tutela antecipada foi indeferida, conforme decisão de fls. 59/62, ao argumento de que a própria composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos possibilitaria a participação de todos os setores, inclusive de entidades de representação de âmbito e atuação municipal. Afastou-se, na ocasião, a existência de *periculum in mora*, uma vez que a Resolução nº 100, de 26/03/2009 somente viria a surtir efeitos no início de dezembro de 2011, para mandato dos representantes de maio de 2012 a maio de 2015.

O Ministério Público Federal apresentou parecer favorável à pretensão da autora (fls. 102/107).

A autora, por meio da petição de fls. 114/115, requereu a reconsideração da decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela, alegando que o Edital de Convocação do CNRH, de 13/01/2012, indeferiu a habilitação de diversas entidades com atuação em âmbito local com base nos dispositivos questionados na presente ação, e que o *periculum in mora* consubstanciaria na previsão de que o resultado final da habilitação seria divulgado em 13/04/2012.

Houve a concessão da tutela antecipada, conforme decisão de fls 132/137, decisão esta que foi objeto do Agravo de Instrumento nº 29529-79.2012.4.01.0000.

É o relatório. DECIDO.

II-FUNDAMENTAÇÃO

Presentes as condições da ação e pressupostos processuais, cabível o julgamento antecipado da lide, na forma do artigo 330, I, do CPC, uma vez que a questão de mérito a ser dirimida é unicamente de direito.

Ao apreciar o pedido de antecipação de tutela, decidi (fls. 132/137):

“O legislador visou resguardar os recursos hídricos do País mediante a instituição de uma rede de proteção com entidades participantes de todos os níveis da federação. O Sistema Nacional de Gerenciamento de recursos Hídricos, assim, é formado por entidades de âmbito federal, estadual e municipal, conforme estabelece o art. 33 da Lei nº 9.433/1997:

Art. 33. Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

I – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos

I-A – a Agência Nacional de Águas;

II – os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;

III – os Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV – os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;

V – as Agências de Água.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

CGG/SEP/PRO
37
Fis.
Rubrica

Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400 - 13ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00213.2013.00133400.2.00488/00128

Sustentou a União que a Lei 9.433/97 já garantiu a participação de entidades locais na defesa dos recursos hídricos por meio dos Comitês de Bacia Hidrográfica, que seriam compostos por representantes "das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia (art. 39, inciso V) e que tal participação local ainda seria permitida por meio dos usuários de recursos hídricos (art. 39, inciso IV).

Alegou que a participação em nível estadual se daria por intermédio dos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal.

Por fim, alegou que a participação em nível nacional se daria por intermédio do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, cuja competência seria dividida em âmbito nacional (para todo o país), na forma do art. 35, I, da Lei 9.433/97, e em âmbito federal, relativamente aos rios de domínio da União (art. 35, VII da Lei 9.433/97).

Assim, sustentou a União que a participação local já seria alcançada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica.

A Lei nº 9.433/97, em seu art. 34, no entanto, estabelece a composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, da seguinte forma:

Art. 34. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é composto por:

I - representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos;

II - representantes indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;

III - representantes dos usuários dos recursos hídricos;

IV - representantes das organizações civis de recursos hídricos.

Parágrafo único. O número de representantes do Poder Executivo Federal não poderá exceder à metade mais um do total dos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Observe, assim, que a Lei nº 9.433/97, ao estabelecer a possibilidade de participarem do Conselho Nacional de Recursos Hídricos representantes das organizações civis de recursos hídricos, não estabeleceu qualquer exigência quanto ao seu âmbito de atuação, se local, estadual ou nacional.

Esta conclusão, aliás, é corroborada pelo próprio Decreto nº 4.613/2003, inexistindo exigência de que a representação junto ao CNRH se dê por organizações não governamentais ou entidades de nível nacional ou regional, *in verbis*:

Art. 2º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos será presidido pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente e terá a seguinte composição:

I - um representante de cada um dos seguintes Ministérios:

a) da Fazenda; b) do Planejamento, Orçamento e Gestão; c) das Relações Exteriores; d) dos Transportes; e) da Educação; f) da Justiça; g) da Saúde; h) da Cultura; i) do Desenvolvimento Agrário; j) do Turismo; e l) das Cidades;

II - dois representantes de cada um dos seguintes Ministérios:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo N° 0013477-61.2010.4.01.3400 - 13ª VARA FEDERAL

N° de registro e-CVD 00213.2013.00133400.2.00488/00128

a) da Integração Nacional; b) da Defesa; c) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; d) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e e) da Ciência e Tecnologia;

III - três representantes de cada um dos seguintes Ministérios:

a) do Meio Ambiente; e b) de Minas e Energia;

IV - um representante de cada uma das seguintes Secretarias Especiais da Presidência da República:

a) de Aquicultura e Pesca; e

b) de Políticas para as Mulheres;

V - dez representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;

VI - doze representantes de usuários de recursos hídricos; e

VII - seis representantes de organizações civis de recursos hídricos.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I, II, III e IV do **caput** deste artigo e seus suplentes, serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 2º Os representantes referidos no inciso V do **caput** deste artigo serão indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e seus suplentes deverão, obrigatoriamente, ser de outro Estado.

§ 3º Os representantes mencionados no inciso VI do **caput** deste artigo, e seus suplentes, serão indicados, respectivamente:

I - dois, pelos irrigantes;

II - dois, pelas instituições encarregadas da prestação de serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

III - dois, pelas concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica;

IV - dois, pelo setor hidroviário, sendo um indicado pelo setor portuário;

V - três, pela indústria, sendo um indicado pelo setor minero-metalúrgico; e

VI - um, pelos pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo.

§ 4º Os representantes referidos no inciso VII do **caput** deste artigo, e seus suplentes, serão indicados, respectivamente:

I - dois, pelos comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, sendo um indicado pelos comitês de bacia hidrográfica e outro pelos consórcios e associações intermunicipais;

II - dois, por organizações técnicas de ensino e pesquisa com interesse e atuação comprovada na área de recursos hídricos, com mais de cinco anos de existência legal, sendo um indicado pelas organizações técnicas e outro pelas entidades de ensino e de pesquisa; e

III - dois, por organizações não-governamentais com objetivos, interesses e atuação comprovada na área de recursos hídricos, com mais de cinco anos de existência legal. (grifo nosso).

§ 5º Os representantes de que tratam os incisos V, VI e VII do **caput** deste artigo serão designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e terão mandato de três anos.

§ 6º O titular da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente será o Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 7º O Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Secretário-Executivo do Conselho e, na ausência deste, pelo conselheiro mais antigo, no âmbito do colegiado, dentre os representantes de que tratam os incisos I, II, III e IV do **caput** deste artigo.



COGA/SEPRO
Fls. 39
RUBRICA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400 - 13ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00213.2013.00133400.2.00488/00128

§ 8º A composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos poderá ser revista após dois anos, contados a partir da publicação deste Decreto.

§ 9º O regimento interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos definirá a forma de participação de instituições diretamente interessadas em assuntos que estejam sendo objeto de análise pelo plenário.

A restrição imposta no art. 5º, §1º, da Resolução nº 100/2009 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de que dele participem apenas entidades de representação de âmbito e atuação nacional ou regional conflita com a Lei nº Lei nº 9.433/97, especialmente seu art. 34, inciso IV, que nada exigiu quanto ao âmbito de atuação das **organizações civis de recursos hídricos**.

Lei nº 9.433/97

Art. 34. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é composto por:

IV - representantes das organizações civis de recursos hídricos.

Resolução nº 100/2009 do CNRH

Art. 5º Para os fins de representação no âmbito do CNRH, são reconhecidas como organizações civis de recursos hídricos entidades sem fins lucrativos em cujos objetivos sociais, previstos em seus estatutos, conste ao menos uma das seguintes atividades e atribuições:

§ 1º A representação do segmento Organizações Civis dar-se-á por meio de instituições de expressão nacional ou regional.

Inovou, portanto, a Resolução nº 100/2009 do CNRH, por trazer limitações à participação de entidades no Conselho Nacional de Recursos Hídricos não contidas na Lei nº 9.433/97.

Neste mesmo sentido, manifestou-se o Ministério Público Federal, conforme se vê dos seguintes trechos parecer apresentado às fls. 102/107:

“Da análise dos dispositivos acima colacionados, não se vislumbra qualquer exigência de que a representação junto ao CNRH deve ser feita por meio de entidade nível nacional ou regional. Pelo contrário, dos incisos do § 4º verifica-se que a composição do CNRH possibilita a participação de todos os setores, inclusive entidades de representação de âmbito e atuação municipal (I- dois, pelos comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, sendo um indicado pelos comitês de bacia hidrográfica e outro pelos consórcios e associações intermunicipais). (...)”

Da contextualização dos autos, em que pese a razoabilidade das justificativas apresentadas pela União para a edição da Resolução nº 100/2009, vê-se que tal normativo afronta os dispositivos acima referidos quando proíbe a participação de entidades municipais no CNRH, o que consolida ilegítima limitação ao exercício do direito de representatividade. Assim, dado que a Resolução vai além do conteúdo da lei, revela-se ilegal, por ofensa ao princípio da hierarquia das leis. (fl. 106)”

O *periculum in mora* resta agora demonstrado em face da publicação do Edital de Convocação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de 23 de dezembro de 2011, que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400 - 13ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00213.2013.00133400.2.00488/00128

indeferiu o pedido de várias entidades para participarem das assembleias Deliberativas, que terão por finalidade indicar os representantes para aquele Conselho, sob o argumento de falta de demonstração de atuação em âmbito regional ou nacional por aquelas mesmas entidades.

Ante o exposto, **DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**, reconsiderando a decisão de fls. 59/62, para determinar que a União (Ministério do Meio Ambiente – MMA) e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH se abstenham de exigir a comprovação do âmbito de atuação regional ou nacional, prevista no § 1º do art. 5º da Resolução nº 100/09 do CNRH, para fins de participação naquele Conselho.”

A União, em sua contestação, aduziu, em síntese que:

“Ao prever-se que as organizações civis de recursos hídricos que farão parte do CNRH devam ser entidades de representação ou expressão nacional ou regional (arts. 4º e 5º, § 1º), a Resolução nº 100/2009 teve como objetivo melhorar a representatividade do Conselho, considerando seu caráter nacional. E essa previsão vai justamente ao encontro da já citada lógica de participação social no SINGREH, segundo a qual as entidades de expressão local participam dos Comitês de Bacia Hidrográfica, as de expressão estadual participam dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, e as de expressão nacional ou regional participam do CNRH”

O Ministério Público Federal, por seu turno, manifestou-se, às fls. 186, reiterando o parecer apresentado, cujo trecho foi mencionado acima. Naquela oportunidade, fez ainda as seguintes considerações:

“Não é outra interpretação a ser dada ao artigo 2º da Resolução nº 106; de 23 de março de 2010, que “institui o Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos-COREH, com o objetivo de manter em banco de dados registro de organizações para fins de habilitação para representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências”, eis faz alusão ao art. 5º, da Resolução n.º 100/2009, verbis:

“Art. 2º Para fins de habilitação para representação no CNRH, estão sujeitas a cadastro as seguintes Organizações Civis de Recursos Hídricos, observados o disposto no art. 48 da Lei nº 9.433/1997 e no art. 5º da Resolução CNRH nº 100, de 26 de março de 2009.

Verifica-se, enfim, que nos termos da Lei nº 9.433/97 e do Decreto nº 4.613/2003, para composição do CNRH, existe a previsão de participação de todos os setores, inclusive entidades de representação de âmbito municipal, pugna-se pela procedência dos pedidos da inicial. No caso, a ilegalidade manifesta-se na criação de uma nova hipótese não prevista na lei, qual seja a proibição da participação de entidades locais no CNRH.

Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL vem opinar no sentido do reconhecimento da ilegalidade das determinações constantes nos artigos 4º e 5º da Resolução nº 100/2009 e art 2.º da Resolução 106/2010, o que torna procedente o pedido suscitado na inicial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

CGG/ASEPRO
Fls. 41
[Assinatura]

Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400 - 13ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00213.2013.00133400.2.00488/00128

De fato, é evidente que os artigos 4º e 5º da Resolução nº 100/2009 e art. 2.º da Resolução 106/2010 criaram restrição não prevista em lei, qual seja, a exigência de que as entidades civis, para fins de habilitação para representação junto ao CNRH, tenham que ter, no mínimo, **expressão nacional ou regional**, violando o art. 34, IV, da Lei nº 9.433/97 que, em nenhum momento, estabeleceu tal restrição, limitando-se a fixar a composição daquele Conselho:

Art. 34. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é composto por:

I - representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos;

II - representantes indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;

III - representantes dos usuários dos recursos hídricos;

IV - representantes das organizações civis de recursos hídricos.

Parágrafo único. O número de representantes do Poder Executivo Federal não poderá exceder à metade mais um do total dos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

III-DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo PROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor para declarar a ilegalidade das determinações constantes nos artigos 4º e 5º da Resolução nº 100/2009 e art. 2.º da Resolução 106/2010 do CNRH ficando afastada, assim, exigência de caráter **nacional ou regional** de instituições que pretendam ser habilitadas para representação no CNRH.

Oficie-se, **urgência**, ao Relator do Agravo de Instrumento nº 29529-79.2012.4.01.0000, comunicando a prolação da presente sentença.

Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição.

P. R. I.

Brasília, 25 de março de 2013.

Paulo Cesar Lopes
Juiz Federal Substituto da 13ª Vara Federal – SJDF
(Documento assinado digitalmente)



COGA/SEPRO

42

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 13ª VARA DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.**

PROCESSO Nº: 0013477-61.2010.4.01.3400

**AUTOR: FONASC - CBH - FORUM NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GES-
TÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

RÉU: UNIÃO E OUTRO

A **UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, por sua Advoga-
da signatária, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 513 do
Código de Processo Civil, interpor o presente

RECURSO DE APELAÇÃO

com base nas razões recursais a seguir explicitadas.

Assim, requer seja dado regular processamento ao recurso, com sua
admissão **no duplo efeito**, e posterior remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regi-
onal Federal da 1ª Região, para conhecimento e provimento.

Pede deferimento.

Brasília, 2 de abril de 2013.

Melina Bordone de Siqueira

Advogada da União

PRU 1ª Região



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

CGG/ASEPRO
Fls. 43
[Assinatura]

EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

RAZÕES DE APELAÇÃO

DOS FATOS

Cuidam os autos de ação civil pública na qual o FONASC-CBH postula a nulidade dos artigos 4º e 5º da Resolução nº 100 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, de 30.07.2009, que dispõe sobre a habilitação dos representantes do CNRH.

Sustenta o requerente que referidos artigos restringem indevidamente a participação das entidades da sociedade civil na gestão dos recursos hídricos, em afronta à Lei nº 9.433/1997 e à Constituição Federal.

Devidamente processado o feito, **foi proferida sentença julgando procedente o pedido** formulado pelo autor, para declarar a ilegalidade das determinações constantes dos artigos 4º e 5º da Resolução nº 100/2009 e, por consequência, do artigo 2º da Resolução 106/2010, ambas do CNRH, afastando, assim, a exigência de caráter nacional ou regional de instituições que pretendam ser habilitadas para a representação no CNRH.

É contra esta decisão que se insurge a União através do presente recurso de apelação, pugnando por sua reforma, nos termos a seguir expendidos.

DO MÉRITO

Da constitucionalidade da Resolução CNRH nº 100/2009



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

COGAUSEPRO
44
RUBICA

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos desenvolve atividades desde junho de 1998, ocupando a **instância mais alta na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH**, instituído pela Lei nº 9.433/97.

Trata-se de órgão colegiado que desenvolve regras de mediação entre os diversos usuários da água. Assim, é um dos grandes responsáveis pela implementação da gestão dos recursos hídricos no País. Por articular a integração das políticas públicas no Brasil, é reconhecido pela sociedade como orientador para um diálogo transparente no processo de decisões no campo da legislação de recursos hídricos.

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH é composto, de acordo com o art. 33 da Lei nº 9.433/97, pelos seguintes órgãos e entidades:

Art. 33. Integram o sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

I - o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

IA - a Agência Nacional de Águas; (AC)

11 - os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;

III - os Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV - os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos; (NR)

V - as Agências de Água.

Essa estrutura atendeu ao fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos, constante no inciso VI do art. 1º da Lei nº 9.433/97, segundo o



COGASEPRO
45
F.S.
RUBICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

qual *"a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades"*. Verifica-se, assim, que há uma lógica de participação social no SINGREH: (i) em nível local, da bacia hidrográfica, essa participação dar-se-á no Comitê de Bacia Hidrográfica; (ii) em nível estadual, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos; e (iii) em nível nacional, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Nesse sentido, a própria Lei de Águas previu que os Comitês (**nível de participação local**) serão compostos, no que se refere à sociedade civil, por representantes *"das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia"* (art. 39, inciso V, da Lei nº 9.433/97). Tal previsão, que se repete para os usuários de recursos hídricos (art. 39, inciso IV), enseja a participação de entidades com atuação local, por serem estas entidades conhecedoras da realidade local, com a qual lidam em seu cotidiano.

Por sua vez, os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal (**nível de participação estadual**) são organizados por leis e regulamentos próprios, tendo em vista a competência dos Estados de se organizarem por meio de lei própria. Assim, o que se observa em todo país é que os Conselhos Estaduais admitem a participação de entidades civis de recursos hídricos de atuação estadual.

Por fim, tem-se o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (**nível de participação nacional**), cujas competências podem ser divididas em dois âmbitos: nacional, para todo o país, o que é a sua essência (ex: art. 35, inciso I, Lei nº 9.433/97) e federal, para os rios de domínio da União (ex: art.35, inciso VII, Lei nº 9.433/97). O CNRH é, pois, o órgão máximo do SINGREH, ao qual foi delegada a função de discutir as questões afetas à política de recursos hídricos de todo o País, ensejando uma composição e representatividade que reflitam a sua dimensão. Assim está definida a composição do CNRH:



COGASEPRO
46
Fis.
RUBRICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

Art. 34. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos é composto por:

I - representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos;

11 - representantes indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;

III - representantes dos usuários dos recursos hídricos;

IV - representantes das organizações civis de recursos hídricos.

(Lei nº9.433/97)- sem destaques no original.

O detalhamento da composição do CNRH e o respectivo processo de indicação são regidos pelo art. 2º do Decreto nº 4.613/2003, *in verbis*:

Art. 2º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos será presidido pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente e terá a seguinte composição:

I - um representante de cada um dos seguintes Ministérios:

a) da Fazenda;

b) do Planejamento, Orçamento e Gestão;

c) das Relações Exteriores;

d) dos Transportes;

e) da Educação;

f) da Justiça;

g) da Saúde;

h) da Cultura;

i) do Desenvolvimento Agrário;

j) do Turismo; e

l) das Cidades;

II - dois representantes de cada um dos seguintes Ministérios:

a) da Integração Nacional;

b) da Defesa;

c) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

d) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

e) da Ciência e Tecnologia;



COGASEPRO
47
Fis.
RUBICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

III - três representantes de cada um dos seguintes Ministérios:

- a) do Meio Ambiente; e*
- b) de Minas e Energia;*

IV - um representante de cada uma das seguintes Secretarias Especiais da Presidência da República:

- a) de Aquicultura e Pesca; e*
- b) de Políticas para as Mulheres;*

V - dez representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;

VI - doze representantes de usuários de recursos hídricos; e

VII - seis representantes de organizações civis de recursos hídricos.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e seus suplentes, serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 2º Os representantes referidos no inciso V do caput deste artigo serão indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e seus suplentes deverão, obrigatoriamente, ser de outro Estado.

§ 3º Os representantes mencionados no inciso VI do caput deste artigo, e seus suplentes, serão indicados, respectivamente:

- I - dois, pelos irrigantes;*
- II - dois, pelas instituições encarregadas da prestação de serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;*
- III - dois, pelas concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica;*
- IV - dois, pelo setor hidroviário, sendo um indicado pelo setor portuário;*
- V - três, pela indústria, sendo um indicado pelo setor minerometalúrgico; e*
- VI - um, pelos pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo.*

§ 4º Os representantes referidos no inciso VII do caput deste artigo, e seus suplentes, serão indicados, respectivamente:

- I - dois, pelos comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, sendo um indicado pelos comitês de bacia hidrográfica e outro pelos consórcios e associações intermunicipais;***
- II - dois, por organizações técnicas de ensino e pesquisa com interesse e*



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

atuação comprovada na área de recursos hídricos, com mais de cinco anos de existência legal, sendo um indicado pelas organizações técnicas e outro pelas entidades de ensino e de pesquisa; e

III - dois, por organizações não-governamentais com objetivos, interesses e atuação comprovada na área de recursos hídricos, com mais de cinco anos de existência legal.

§ 5º Os representantes de que tratam os incisos V, VI e VII do caput deste artigo serão designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e terão mandato de três anos.

(...) – sem destaques no original.

Verifica-se, assim, que há expressa previsão de representação das organizações civis de recursos hídricos, bem como das organizações não-governamentais (dispositivos acima destacados). E tal previsão é repetida no Regimento Interno do CNRH, aprovado pela Portaria nº 377/2003, que estabelece que por meio de resolução serão fixados os critérios para a indicação dos representantes dos órgãos e entidades que compõem o colegiado.

Nesse sentido, vigorava a Resolução CNRH nº 14, de 20 de outubro de 2000, que estabelecia o procedimento de indicação dos representantes, titulares e suplentes, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis de recursos hídricos no CNRH.

Essa resolução, estabelecida nos primeiros anos de funcionamento do CNRH e da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, mostrou-se, ao longo do tempo, ineficiente para que o CNRH tivesse uma representatividade à altura de um Conselho Nacional.

Por tal motivo, deu-se início a discussões para elaboração de uma nova resolução. Para tanto, foi criado, no âmbito da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTLI, o Grupo de Trabalho sobre Representatividade - GT -



CGGA/SEPRQ
Fls. 49
[Assinatura]

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

Representatividade, na data de 13 de junho de 2007 (vide ata da reunião da CTIL - fis. 75/81 do Processo nº 02000.002072/2008-82).

Assim, após uma série de reuniões do GT, além de discussões específicas com cada um dos setores que compõem os segmentos usuários de recursos hídricos e organizações civis de recursos hídricos, no formato de oficinas, cujos resultados foram sendo apresentados e debatidos na CTIL, **elaborou-se a Resolução nº 100/2009.**

Ao prever-se que as organizações civis de recursos hídricos que farão parte do CNRH devam ser entidades de representação ou expressão nacional ou regional (arts. 4º e 5º, §1º), a Resolução nº 100/2009 teve como objetivo melhorar a representatividade do Conselho, considerando seu **caráter nacional**. E essa previsão vai justamente ao encontro da já citada lógica de participação social no SINGREH, segundo a qual as entidades de expressão local participam dos Comitês de Bacia Hidrográfica, as de expressão estadual participam dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, e as de expressão nacional ou regional participam do CNRH.

Não se afasta, assim, a sociedade civil de participação no CNRH; mas justamente por ser este de caráter nacional, como o próprio nome informa, nele tomam assento entidades desta esfera, seja por parte da Administração, seja por parte dos administrados.

No próprio **CONAMA**, no que diz respeito à participação da sociedade civil, o **Decreto nº 99.274/90** faz referência ao âmbito nacional dos representantes que o integram; veja-se no seu artigo 5º:

Art. 5º Integram o Plenário do Conama:

[...]



COGASEPRO

Fis. 50

C. Branca

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

VIII - vinte e um representantes de entidades de trabalhadores e da sociedade civil, sendo:

a) dois representantes de entidades ambientalistas de cada uma das Regiões Geográficas do País;

b) um representante de entidade ambientalista de âmbito nacional;

c) três representantes de associações legalmente constituídas para a defesa dos recursos naturais e do combate à poluição, de livre escolha do Presidente da República;

d) um representante de entidades profissionais, de âmbito nacional, com atuação na área ambiental e de saneamento, indicado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental-ABES;

e) um representante de trabalhadores indicado pelas **centrais sindicais e confederações de trabalhadores** da área urbana (Central Única dos Trabalhadores-CUT, Força Sindical, Confederação Geral dos Trabalhadores-CGT, Confederação **Nacional** dos Trabalhadores na Indústria-CNTI e Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio-CNTC), escolhido em processo coordenado pela CNTI e CNTC;

f) um representante de trabalhadores da área rural, indicado pela Confederação **Nacional** dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG;

g) um representante de populações tradicionais, escolhido em processo coordenado pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais-CNPT/IBAMA;

h) um representante da comunidade indígena indicado pelo Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil-CAPOIB;

i) um representante da comunidade científica, indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC;

j) um representante do Conselho **Nacional** de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares-CNCG;

l) um representante da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza-FBCN;



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

CGGA/SEPRO
Fls. 51
Rúbrica

Verifica-se, assim, que o CNRH, em sua composição, possibilita a participação de todos os setores interessados, proporcionando credibilidade, transparência e visibilidade às decisões relativas aos temas de sua competência.

Mostra-se, portanto, infundada a insurgência do demandante, ora recorrido, pois, em que pese tratar-se de uma **escolha discricionária** (conveniência/oportunidade) da Administração Pública – o que, por si só, obstaria a presente reivindicação, o CNRH, da forma como é composto, conta com ampla participação dos setores público e privado, sendo indiscutível o caráter democrático e participativo atribuído ao órgão.

Por outro lado, a qualquer entidade interessada é facultada a presença nas reuniões do CNRH, que são públicas e abertas a todos; o próprio Decreto 4.613/03 (que regulamentou a Lei 9.433/97), em seu artigo 2º, trouxe dispositivo que permite a participação de terceiros nas reuniões do Conselho:

Art. 2º

(...)

§ 9º O regimento interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos definirá a forma de participação de instituições diretamente interessadas em assuntos que estejam sendo objeto de análise pelo plenário.

Tal regra se concretizou no Regimento Interno do CNRH, conforme se observa de seu artigo 19:

Poderão ser convidadas, pelo Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para participarem de reuniões específicas, com direito a voz e sem direito a voto, pessoas e instituições relacionadas a assuntos que estejam sendo objeto de análise pelo Plenário.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-REGIONAL DA UNIÃO - 1ª REGIÃO

CGGASEPRO
Fis. 52
[Assinatura]

Assim, é imperiosa a conclusão de que não há qualquer ilegalidade na atuação da Administração que seja passível de controle judicial.

Diante do exposto, é de ser reformada a sentença recorrida.

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a União o **provimento do recurso** em tela, a fim de que seja reformada a decisão apelada, reconhecendo-se a improcedência do pedido autoral.

Pede deferimento.

Brasília, 2 de abril de 2013.

Melina B. Siqueira
Melina Bordone de Siqueira

Advogada da União

PRU 1ª Região



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0013477-61.2010.4.01.3400 - 13ª VARA FEDERAL

DECISÃO

1. Recebo a apelação interposta pelo impetrante contra a sentença de fls. 194/200, no efeito devolutivo.
2. Intime-se a parte recorrida para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem contrarrazões.
3. Decorrido o prazo do apelado, com ou sem resposta, intime-se o Ministério Público Federal, para ciência da sentença.
4. Após, subam os autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Publique-se. (itens 1 e 2).

Brasília (DF), 19 de abril de 2013.

PAULO CESAR LOPES

Juiz Federal Substituto da 13ª Vara/JFDF

CONFERIDO

Processo autuado com 53 peça(s).

Data: 25/06/13

SERVIÇO

TERMO DE RECEBIMENTO DE AUTUAÇÃO
Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Meio Ambiente
O Protocolo nº 12015/12 foi autuado em 25/06/13, conforme
estabelecido pela

☐ Parecer ☐ Nota ☐ Correção ☐ Informação ☐ Resposta ☒ Outros

nº 43/2013, retornando a este Órgão Consultivo sob o nº
02000.001755/13 - 80

Brasília, 25/06/13 às 14:00

Iguaci Dias
Chefe de Divisão - CONJUR/MMA
SIAPE 1347236

Ào Dr. João Paul,

Via Ofício nº 7068/2013, de fls. 32,

recebido neste CONJUR em 22/06/13 às 17:30

em 25 de junho de 2013

Iguaci Dias
Chefe de Divisão - CONJUR/MMA
SIAPE 1347236



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

COTA Nº 368/2013/CGAJ/CONJUR/MMA/sesh

PROCESSO Nº 02000.001755/2013-80

INTERESSADO: Procuradoria Regional da União – 1ª Região

ASSUNTO: Análise de força executória de decisão judicial, proferida em sede de Ação Civil Pública, relativa às Resoluções nº 100/2009 e 106/2010, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

REF.: Ofício nº 7.068/2013-PRU1:GAB:COEX:DIAPA/msf

23.1

A Procuradoria Regional da União – 1ª Região, por meio do Ofício nº 7.068/2013-PRU1:GAB:COEX:DIAPA/msf (fl. 32), remete cópia de sentença proferida nos autos do processo nº 0013477-61.2010.4.01.3400, o qual tramita na 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Trata-se de ação civil pública, ajuizada pela FONASC-CBH – Forum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas –, em face do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e da União.

2 A sentença, exarada em 25 de março de 2013, julgou procedentes os pedidos formulados pela FONASC-CBH, declarando a ilegalidade das determinações constantes nos artigos 4º e 5º da Resolução nº 100/2009, e 2º da Resolução nº 106/2010, ambas do CNRH. O comando jurisdicional determinou, ainda, o afastamento da exigência de caráter nacional ou regional de instituições que pretendam ser habilitadas para representação no Conselho (fls. 35/41).

3 A PRU1 noticia, ainda, que foi interposta apelação da referida sentença, com pedido de recebimento nos efeitos devolutivo e suspensivo, cuja finalidade seria obstar a produção de efeitos do julgado (fls. 42/52). Contudo, o recurso foi recebido apenas no efeito devolutivo, conforme decisão de fl. 53.

4 Nessas circunstâncias, a PRU1 oficia esta Consultoria Jurídica, por entender que deve ser dado imediato cumprimento ao comando jurisdicional.

5 Assiste razão à Procuradoria. De fato, como o apelo foi recebido apenas no efeito devolutivo, e ante a regular intimação da União quanto ao teor da sentença, não há outro caminho senão o seu cumprimento nos exatos termos em que foi proferida.

6 É cediço que, no regime da Lei 7.347/1985 (Lei de Ação Civil Pública), a sentença possui exequibilidade imediata. Com efeito, o art. 14 determina que o juiz poderá atribuir efeito suspensivo aos recursos interpostos pelas partes. Cuida-se, assim,



de uma faculdade do magistrado, que, caso entenda que a execução imediata da decisão causará dano irreparável à parte, poderá conferir efeito suspensivo ao recurso.

7 Logo, verifica-se que a sentença em exame possui plena força executória, o que determina, necessariamente, o seu cumprimento pela União e pelo CNRH.

8 Fixadas estas premissas, observa-se que, no âmbito da estrutura orgânica deste Ministério, o órgão competente para cumprir a decisão judicial é a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Nos termos do art. 23, XVI, do Decreto 6.101/2007, que "Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências", compete à SRHU exercer a função de secretaria-executiva do CNRH.

9 Assim, parece não haver dúvidas de que referido órgão ministerial deve diligenciar para que os artigos 4º e 5º da Resolução nº 100/2009, bem como o art. 2º da Resolução nº 106/2010, ambas do CNRH, não surtam mais efeitos, pelo menos enquanto não houver reforma da sentença. Demais disso, a SRHU também deverá providenciar para que não mais seja exigido o caráter nacional e regional das instituições que pretendam ser habilitadas para representação no Conselho.

10 Cumpridas essas determinações, restará atendido o comando jurisdicional.

11 **Ante o exposto**, no exercício das atribuições previstas na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, **sugere-se:**

a) O envio de cópia desta cota, por meio de memorando, à Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano deste Ministério, a fim de que tome providências para que sejam declarados sem efeito os artigos 4º e 5º da Resolução nº 100/2009, bem como o art. 2º da Resolução nº 106/2010, ambas do CNRH. A SRHU também deverá diligenciar para que o CNRH não mais exija o caráter nacional e regional das instituições que pretendam ser habilitadas para representação no Conselho.

b) A expedição de ofício com cópia desta manifestação à Procuradoria Regional da União – 1ª Região, aos cuidados da Dra. Miriam Sasaki França.

12 Para o fiel cumprimento da decisão, recomenda-se que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos publique, no Diário Oficial da União, duas novas resoluções tratando da matéria, com o escopo de substituir, na parte que foram declaradas nulas, as Resoluções nº 100/2009 e 106/2010. As resoluções devem ser assinadas pela Ministra de Estado do Meio Ambiente e pelo Secretário-Executivo da SRHU.



13 As novas resoluções trariam as mesmas disposições das Resoluções nº 100/2009 e 106/2010, com as seguintes exceções:

a) A nova resolução – que se reportasse à Resolução nº 100/2009 – conteria dois asteriscos ao lado dos artigos 4º e 5º, e esclareceria, ao final, que tais dispositivos estariam com a sua eficácia suspensa em virtude de decisão judicial;

b) A nova resolução – que se reportasse à Resolução nº 106/2010 – conteria um asterisco ao lado do art. 2º, e esclareceria, ao final, que o referido dispositivo estaria com a sua eficácia suspensa em virtude de decisão judicial;

c) Ambas as Resoluções mencionariam no preâmbulo, de forma expressa, a seguinte expressão: “Considerando a sentença proferida nos autos do processo nº 0013477-61.2010.4.01.3400, que tramita perante a 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal”.

14 Publicadas as resoluções, e devidamente cumprida a decisão judicial, retornem os autos a esta Consultoria Jurídica, para posterior envio de informações à PRU1.

Brasília, 1º de julho de 2013.

STEFAN ESPIRITO SANTO HARTMANN

Advogado da União



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

De acordo. Providencie-se, conforme sugerido.

Brasília, 3 de julho de 2013.

JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos Substituto